

OPINIÃO

Miguel Sousa Ferro

Advogado



Pôr os pontos nos PIRC

Entrará em vigor, no final deste mês, a nova lei das práticas individuais restritivas do comércio (DL 166/2013). A história deste regime é já uma tragédia nascida de desatenções e de desinformação intencional. O mais difícil neste debate é saber do que estamos a falar. Já tantos disseram tanta coisa diferente. Mas nenhuma opinião substitui a leitura da lei. O que se segue são alguns aspetos especialmente preocupantes. A lei aplica-se a todos os setores da economia. Deixemos de falar dela como se só afetasse os grandes supermercados. No próximo ano, todas as empresas nacionais terão de rever os contratos de fornecimento e práticas comerciais. Se não o fizerem, os seus contratos em vigor cessam a 25 de fevereiro de 2015. Nenhuma das proibições se aplica a empresas estrangeiras ou a produtos importados de fora da UE. As nossas empresas ficam em desvantagem na venda dos seus produtos em Portugal e lá fora. Se importar têxteis da China, pode vendê-los com prejuízo, de forma discriminatória, etc., mas, se os comprar em Portugal, não pode. Ao contrário do que se pensa, não se proíbe a venda com prejuízo. Proíbe-se a venda abaixo de um preço fictício, quase sempre muito superior ao preço de custo. Isto porque não se podem ter

em conta descontos comerciais, "rappel" e muitos outros descontos e pagamentos que são rotineiros nos mercados. Beneficia dum desconto porque atingiu objetivos? Então não pode tê-lo em conta quando fixar o preço.

Esta lei obriga os revendedores a venderem a um preço acima daquele que o mais pequeno retalhista pode encontrar ao fazer compras num grossista. É um regime formalista, inflexível e cego à realidade do mercado.

Sejamos claros: este regime só serve para subir os preços para os consumidores e para permitir a grandes empresas fornecedoras

a imposição de preços mínimos de revenda. Isto só se resolverá se essas empresas alterarem as suas práticas de diminuir a transparência dos preços nas faturas, disfarçando a realidade com descontos e pagamentos não admitidos pela lei.

A nova lei "protege" tanto os pequenos agricultores que dissuade a compra dos seus produtos. Os revendedores são obrigados (apenas para os pequenos) a aceitar produtos que lhes cheguem às mãos estragados, talvez por acidentes de percurso. Quem compraria nessas condições?

Já se diz que a nova lei terá de ser revista em breve. Esperamos que sim. Mas esta revisão, para ser útil, tem de ser precedida do esclarecimento do público. Será um grande desafio democrático e comunicacional. Se queremos proteger os pequenos agricultores, façamo-lo. Não se alterem normas que se aplicam a todas as empresas. Se queremos proibir vendas com prejuízo, façamo-lo. Permita-se que os tribunais olhem para a realidade à sua frente e decidam qual foi o preço de compra, em vez de os obrigar a considerar apenas certos descontos. Acima de tudo, protejamos os consumidores. Uma reforma tão grande deve ser estudada, debatida em público e feita à luz do dia, não em corredores sombrios.

A nova lei "protege" tanto os pequenos agricultores, que dissuade a compra dos seus produtos